

Visão de Meio Ambiente e Problemas Socioambientais de um Grupo da Sociedade Civil e do Poder Público

Jamile de Almeida Marques da Silva
Monique Pacheco Duarte
Rosilana Veronesi Marinho
Laísa Maria Freire dos Santos
Marcela Siqueira Farjalla
Reinaldo Luiz Bozelli

Laboratório de Limnologia/IB/ Universidade Federal do Rio de Janeiro.

jamileufrj@gmail.com

projetopolen@limnologia.ufrj.br

Oficina: “Educación Ambiental en la Gestión y Políticas Públicas”

Palavras Chave: Análise qualitativa, meio ambiente, problemas socioambientais, poder público, sociedade civil.

Resumo

O presente trabalho se insere nas atividades Projeto Pólen, um projeto de Educação Ambiental (EA) elaborado e executado pelo NUPEM/UFRJ (Rio de Janeiro, Brasil) como medida mitigadora para o licenciamento ambiental em função das atividades de produção e escoamento de petróleo e gás natural na Bacia de Campos. Nesta pesquisa as análises qualitativas e quantitativas de conteúdo foram um importante instrumento para avaliar as diferentes visões sobre meio ambiente e questões socioambientais. Procurou-se interpretar o olhar de um grupo participante do II Curso de Princípios em Gestão Ambiental, promovido pelo Projeto Pólen. Observamos a existência de algumas similaridades entre as visões sobre meio ambiente de pessoas da sociedade civil e do poder público que compunham este grupo. Em alguns casos, é convergente ainda o conhecimento sobre as agressões ambientais que o município sofre bem como as iniciativas desdobradas em prol do meio ambiente. Esse estudo possibilitou conhecer um pouco mais sobre a percepção ambiental existente dentro de grupos da sociedade civil e do poder público em municípios que o Projeto Pólen atua contribuindo dessa forma para que o Pólen avalie e reestruture sua prática pedagógica continuamente.

Introdução

O modelo econômico adotado por nossa sociedade ao longo dos anos e especialmente após a Revolução Industrial, tem imposto aos ecossistemas e à população forte pressão de uso e progressiva redução da quantidade de bens e na qualidade dos serviços prestados pelos ecossistemas. Um dos danos fortemente sentidos é a redução na regulação térmica fazendo com que a temperatura média global atinja valores nunca antes alcançados. O Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas confirmou em seus relatórios que:

há 90% de certeza de que o homem é o responsável pelas mudanças do clima no planeta. O relatório estima que as temperaturas devem aumentar entre 1,8 e 4,0 graus ainda neste século. Para garantir a qualidade de vida atual, é preciso que o aumento da temperatura média do planeta não ultrapasse 2° C em relação aos níveis pré-industriais, na metade do século XIX. (Site Oficial do World Wide Found – WWF, 2009)

Para compreender a importância de tais serviços, basta refletir que *“se não houvesse mais florestas e a regulação do clima tivesse de ser obtida por meios artificiais, o custo desse serviço alcançaria a fabulosa cifra de 3,8 trilhões de dólares”* (Trigueiro, 2005, p.146). Este é um dos exemplos do custoso serviço que o ambiente natural oferece de forma gratuita à população e que geralmente não é considerado pelos empreendedores no momento em que implementam atividades produtivas agressivas aos ecossistemas.

Percebe-se então, que o uso antrópico de forma descomprometida pode gerar alguns efeitos indesejáveis sobre o ambiente natural, levando à degradação e perda de bens e de serviços ambientais prestados. Nesse sentido, é importante entender a dinâmica e a relação entre a fragilidade ecossistêmica e a força que a atividade humana impõe sobre ela. Segundo Cabral e Souza (2005, p.11):

o problema básico do planejamento ambiental consiste em avaliar tanto a sensibilidade dos fatores naturais que compõem a paisagem de determinado espaço aos danos causados por usos antrópicos (ou seja, o potencial de uso dos recursos naturais e a capacidade de os fatores naturais diluírem os efeitos negativos) quanto a intensidade dos danos potencialmente causados por usos antrópicos a cada um desses fatores naturais, de modo a embasar cientificamente a análise das relações de causa e efeito entre fatores naturais e usos antrópicos.

Diante do cenário em que vivemos são necessárias medidas urgentes e enérgicas na tentativa de impedir futuras agressões e desacelerar as que ocorrem atualmente. No entanto, o primeiro passo para que isso aconteça é garantir que a população seja capaz de

reconhecer e compreender os problemas socioambientais que vigoram. Deve-se ressaltar que nem sempre as agressões estão explícitas ou próximas de quem as sofre. Para que a população identifique uma determinada questão enquanto nociva ao ambiente natural e/ou construído se faz necessário que esteja qualificada para isso. Do contrário, a situação pode ser naturalizada e não ocorrer mobilização reivindicando a superação da mesma. Mediante a percepção do problema ambiental, é possível estruturar os primeiros passos visando a mudança do contexto socioambiental vivido. Nesse sentido, os ensinamentos da ecologia se tornam um importante e necessário instrumento para o diagnóstico ambiental, pois com seu auxílio a população pode reconhecer e compreender os problemas socioambientais e embasar sua retórica e prática contra a agressão sofrida. A capacidade de reconhecer os impactos socioambientais é uma prerrogativa e se constitui em um dos passos preliminares para que a população possa se articular e deixar claro para o poder público e para os empreendedores sua insatisfação com o modelo de exploração em curso. É preciso ressaltar que a aplicação desses conceitos enquanto ferramenta não deve buscar o estudo do ecossistema isoladamente, sem contabilizar a influência antrópica e todas as questões culturais, econômicas e sociais que a permeia. Gutiérrez & Pozo (2006), concordando com outros autores que refletem sobre a epistemologia da ciência, atentam para a complexidade dos problemas ambientais que requerem conhecimentos tanto das ciências naturais quanto das ciências sociais, pois entendem que não há mudança ambiental consciente se não promovemos mudanças educativas e sociais. Mas também consideram que muitas das técnicas e ferramentas que necessitamos no campo das ciências sociais ainda não foram criadas e requerem a ajuda da cultura para a sua elaboração. Em nosso entendimento, um trabalho que vise integrar estes diferentes conhecimentos produzidos pela ecologia e pelas ciências da sociedade pode produzir reais mudanças no que concerne à visão/percepção de problemas ambientais e influir no processo de tomada de decisão pelos grupos sociais.

O presente trabalho se insere nas atividades do Projeto Pólen, um projeto de Educação Ambiental (EA) elaborado e executado pelo NUPEM/UFRJ (Macaé, Rio de Janeiro, Brasil) como medida mitigadora para o licenciamento ambiental “*da atividade de Ampliação do Sistema de Tratamento e Escoamento da Fase 2 do Campo de Marlim por meio do FPSO P-47 (unidade flutuante de produção, armazenamento e transferência de petróleo) e da Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural no Campo de Espadarte e área leste do Campo de Marimbá, por meio do FPSO Espadarte, localizados na Bacia de Campos.*”¹. Os municípios que sofrem influência direta ou indireta desses

¹ Maiores informações sobre o projeto podem ser encontradas em www.projetopolen.org

empreendimentos e que por isso fazem parte da área de abrangência do projeto são: Saquarema, Araruama, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Armação dos Búzios, Casimiro de Abreu Rio das Ostras, Macaé, Carapebus, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra (SJB) e São Francisco de Itabapoana (SFI), todos localizados no Estado do Rio de Janeiro.

Este trabalho buscou interpretar o olhar sobre meio ambiente e problemas socioambientais de um determinado grupo da sociedade civil e do poder público durante o II Curso de Princípios em Gestão Ambiental (II CPGA), atividade realizada no âmbito do Projeto Pólen. Ele faz parte de um estudo mais amplo que está sendo realizado pelo projeto e que acompanhou os cursos de formação de educadores ambientais e de princípios em gestão ambiental, buscando entender as visões dos participantes.

Pacheco e colaboradores (2008) analisaram a percepção de problemas ambientais relacionados aos usos dos recursos hídricos em municípios do interior do estado do Rio de Janeiro e discutiram os problemas de poluição dos corpos d'água e suas possíveis relações com a crescente exploração de petróleo iniciada na década de 70. Segundo este estudo:

no município de Macaé e nos municípios adjacentes houve um grande aumento populacional e conseqüente aumento da pressão na demanda sobre a base dos recursos naturais e da percepção da degradação crescente dos mananciais, em particular os recursos da água (Pacheco e Colaboradores, 2008)

Santos e colaboradores, (2007) promoveram um levantamento de problemas locais em municípios da Bacia de Campos a partir da visão de técnicos das secretarias de meio ambiente e professores. Foi observado ser tarefa difícil para os participantes interrelacionarem as causas dos problemas ambientais com o atual modelo econômico de desenvolvimento. De forma semelhante aos resultados observados por Pacheco e Colaboradores (2008), os participantes relataram muitos problemas relacionados aos recursos hídricos na região. Ainda foram mencionadas outras questões como ocupação irregular de encostas e desmatamento. Ainda no âmbito do projeto buscou-se analisar as representações sociais sobre meio ambiente de técnicos e professores das secretarias de educação e meio ambiente de municípios da Bacia de Campos e através da análise dos cartazes e textos foi observado que os grupos manifestaram de forma evidente e majoritária a visão naturalista. No entanto, um olhar mais atento sobre os dados apontam uma sutil inserção da figura humana nesse cenário, assinalando para uma possível transição entre a visão naturalista e a globalizante sobre meio ambiente. (Ferreira e colaboradores, 2007)

Na presente investigação buscamos dar continuidade aos estudos anteriores com o objetivo de analisar a visão sobre meio ambiente, o conhecimento sobre os problemas e iniciativas socioambientais pertencentes a um determinado grupo da sociedade civil e do poder público da região do norte fluminense e região dos lagos, Estado do Rio de Janeiro, Brasil.

Metodologia

II Curso de Princípios em Gestão Ambiental

O contexto de realização do estudo foi o II Curso de Princípios em Gestão Ambiental realizado nos dias 18 e 19 de Outubro de 2007 o qual teve como público alvo representantes da sociedade civil organizada. O curso é uma das atividades pedagógicas voltadas inicialmente apenas para integrantes da sociedade civil indicados pelos gestores dos Polos de EA por se constituírem em lideranças em seus municípios e potenciais colaboradores. No entanto, foi observada uma crescente escassez de indicações que se enquadravam nesse perfil. Sendo assim, o curso foi oferecido também para representantes do poder público indicados pelos gestores. O II CPGA teve o objetivo de discutir questões socioambientais relevantes dos municípios e elaborar estratégias de compreensão dos problemas e organização para o enfrentamento deles (Projeto Pólen, 2007). Os participantes assistiram palestras que contextualizaram e abordaram os problemas ambientais e ressaltaram a importância de projetos de EA. Durante o curso eles puderam ter maior contato com as diretrizes e os objetivos da Gestão Ambiental Pública por meio de atividades práticas e conheceram outras experiências na área.

Caracterização do Estudo e Coleta de Dados

Esta investigação foi elaborada seguindo pressupostos da abordagem qualitativa e quantitativa, sendo caracterizada como um estudo exploratório. A opção por esse tipo de investigação visa a privilegiar as práticas sociais em seu ambiente, exigindo-se do pesquisador um contato direto com o ambiente natural no qual ocorre o fenômeno que se pretende estudar (TRIVIÑOS, 1987). Além disso, a opção por estudo exploratório pareceu pertinente, pois este possibilita ao *“investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema”*, (TRIVIÑOS, 1987, p.109). A natureza exploratória da pesquisa teve como um dos objetivos centrais fazer emergir da prática cotidiana elementos necessários para posterior aprofundamento.

O conjunto *ecológico-naturalista* ressalta a influência do ambiente sobre os atores. Entender como ele influencia os sujeitos da ação pedagógica se constitui em importante

ferramenta para realizar práticas pedagógicas de forma satisfatória. Assim, Triviños (1987) destaca que

o ambiente, o contexto no qual os indivíduos realizam suas ações e desenvolvem seus modos de vida fundamentais, tem um valor essencial para alcançar das pessoas uma compreensão mais clara de suas atividades. O meio, com suas características físicas e sociais, imprime aos sujeitos traços peculiares que são desvendados à luz do entendimento dos significados que ele estabelece (TRIVIÑOS, 1987, p. 122).

No enfoque qualitativo o pesquisador considera uma série de estratégias metodológicas, marcadas pela flexibilidade da ação investigativa. Esta abordagem proporciona flexibilidade para formular e reformular hipóteses à medida que desenvolve a pesquisa. Em função da abertura que as etnografias oferecem, é sempre possível a autocorreção do método, o avançar adaptando-se a circunstâncias que se apresentam e o guiar-se por novas hipóteses. Triviños (1987), ainda salienta que

O pesquisador, orientado pelo enfoque qualitativo, tem ampla liberdade teórico metodológica para realizar seu estudo. Os limites de sua iniciativa particular estarão exclusivamente fixados pelas condições da exigência de um trabalho científico (TRIVIÑOS, 1987, p. 133).

Nesse sentido, os estudos qualitativos (TRIVIÑOS, 1987), apresentam algumas características que podem ser destacadas nesta pesquisa: a) a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave, b) a pesquisa qualitativa é descritiva, c) os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto, d) os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente, e) o significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa. Utilizou-se o enfoque qualitativo porque possibilita um maior aprofundamento do fenômeno em questão, pois o pesquisador estará inserido no contexto em que ele ocorre. Percebeu-se que também seria importante e necessário tratar os dados de forma quantitativa uma vez que tal análise permite uma avaliação rápida e fácil dos resultados apurados.

Para a coleta de dados foram utilizados registros escritos, pois segundo Triviños (2008) eles também se caracterizam por serem ferramentas *“estáveis e constituem um material objetivo ao qual podemos voltar todas as vezes que desejarmos.”* Foi distribuído no início do curso, aos trinta e cinco participantes um questionário aberto com as seguintes questões:

1 - Explique o que você entende por meio ambiente;

2- Quais os problemas socioambientais que você identifica no seu município?

3 - Existe alguma ação sendo desenvolvida em seu município, no intuito de enfrentar os problemas socioambientais levantados? Se sim quais são as ações e quem participa delas (ONGs, Poder Público, associações de moradores, etc).

Os participantes se encontravam reunidos em um auditório e dispuseram de determinado tempo para responder. Após o preenchimento, os questionários foram recolhidos pela Equipe Executora do Projeto Pólen. Os participantes assinaram o termo de consentimento livre esclarecido de acordo com o que preconiza a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Este estudo será enviado aos participantes ao final do processo de avaliação.

Análise de dados

Para analisar as respostas fornecidas à primeira pergunta, considerou-se a formação profissional dos cursistas no intuito de avaliar se existia diferença entre a visão sobre meio ambiente em função de suas diferentes formações profissionais. Para isso, eles foram classificados quanto à sua ocupação/profissão:

- 1 - Biólogo/Gestor Ambiental/Zootecnista,
- 2 - Funcionário Público,
- 3 - Estudante/Presidente OP Jovem,
- 4 – Professor,
- 5 – Pescador
- 6 – Outras (todas as demais profissões como por exemplo comerciantes e cozinheiros).

Utilizamos os critérios de tipologia sobre meio ambiente (Reigota, 2002), criando três categorias qualitativas de resposta; 1- Resposta geral que traz embutido o sentido de espaço físico ou a característica biótica e/ou abiótica. Segundo este autor, essa categoria de representação simbólica de meio ambiente é denominada **naturalista** e pode conter nomes de elementos pertencentes ao meio ecológico natural bem como de suas inter-relações e interações. 2 – Respostas de caráter utilitarista onde a representação expressa um uso do ambiente de maneira sustentável ou não. Tal representação social é denominada de **antropocêntrica**, pois *“privilegia a utilidade dos recursos naturais para a sobrevivência do Homem”* (Reigota, 2002). 3 – Resposta de caráter recíproco denominada pelo autor de **globalizante**. Nela se enfatiza a relação mútua entre a natureza e sociedade.

Na tentativa de analisar se existe alguma relação entre o tempo de moradia no local e a qualidade nas repostas sobre os problemas ambientais identificados pelos cursistas em seus municípios, foram criadas duas categorias de moradores:

1 - Recém chegados (vivem no município a um período até 5 anos);

2 - Moradores antigos (vivem no município a um período superior a 10 anos).

Os problemas ambientais dos municípios foram categorizados em:

1 - Problemas infra-estruturais (ausência de saneamento básico, ausência de água encanada, ausência de estações de tratamento de esgoto e água (ETE's e ETA's), ausência de coleta de lixo),

2 - Problemas de política pública (exemplos: ausência de leis regulamentadoras, ausência de política de EA nos espaços formais e não formais de ensino, ausência de Plano Diretor (carência no planejamento urbano e social), ausência de segurança, carência na fiscalização, percepção da necessidade de se discutir a questão ambiental em várias esferas da sociedade, como nas escolas, falta ou dificuldade de recurso financeiro para a realização de ações favoráveis à proteção e recuperação do meio ambiente e carência de informações),

3 - Problemas ecológicos de longo prazo (exemplos: assoreamento das encostas dos rios, degradação de matas ciliares, destruição da mata nativa e de outros ecossistemas da região e poluição causada por empreendimentos industriais públicos e privados) e

4 – Problemas de Organização e Efetividade da Gestão Municipal (exemplos: lentidão, morosidade, omissão, apatia, falta de conhecimento técnico para lidar com as problemáticas ambientais e etc).

Com isso, espera-se compreender a relação entre o tempo de moradia no local e a percepção sobre os problemas ambientais do município. Por fim, buscou-se observar também alguma relação entre o tempo de moradia no local e a qualidade da resposta no que concerne ao conhecimento sobre as iniciativas sendo desenvolvidas no município no intuito de enfrentar os problemas socioambientais levantados. Para isso, foram utilizadas as mesmas categorias de moradores “recém chegados” e “moradores antigos”. As diferentes visões sobre as iniciativas relacionadas ao meio ambiente foram agrupadas sob essas duas categorias de moradores. As instituições que poderiam ser reconhecidas como desenvolvendo ações no município foram reunidas nas seguintes categorias; Poder Público,

Sociedade Civil (organizada ou não), Iniciativa Privada. Os cursistas poderiam ainda, manifestar nenhum conhecimento sobre iniciativas no município.

Resultados

Os resultados refletem parte das respostas uma vez que alguns questionários não foram respondidos em sua totalidade e por isso foram retirados do universo de análise. Alguns participantes deixaram de registrar a que setor da sociedade pertencia ou não apontaram qual visão detinham sobre meio ambiente. Sendo assim, para efeito de análise considerou-se apenas o universo de respostas registradas no questionário. Vale à pena ressaltar que, em alguns casos foi observado que a mesma resposta continha mais de uma categoria de representação sobre meio ambiente segundo sugerido por Reigota (2002). Foram contabilizadas todas elas. Observaram-se ainda casos em que a mesma pessoa identificava-se como compondo a sociedade civil e o poder público. Nessas situações, suas respostas foram computadas duas vezes em cada setor da sociedade. Todos os resultados estão registrados nas tabelas em apêndice.

Analisando de forma a desconsiderar a ocupação profissional dos participantes, foi possível constatar um padrão único para as categorias sugeridas por Reigota (2002) tanto no grupo social “poder público” quanto para o representado pela “sociedade civil”. Foi possível observar que a visão naturalista foi a mais comum em todas as categorias profissionais tanto para a sociedade civil quanto para o poder público. Foi observado que aproximadamente 53% dos cursistas que representavam a sociedade civil detinham uma visão naturalista sobre meio ambiente enquanto cerca de 43% pertencentes ao poder público também demonstram essa interpretação. Como exemplo, pode-se citar a resposta de um dos cursistas quando questionado sobre o que entendia por meio ambiente, *“espaço que existe fatores bióticos e abióticos que interagem interferindo positivamente ou não para o seu desenvolvimento”*. Percebe-se que nessa categoria de representação, é marcante a ênfase somente nos aspectos naturais do ambiente. A categoria menos citada dentro o poder público foi a antropocêntrica, contabilizando cerca de 18% das representações. O mesmo ocorreu no grupo representado pela sociedade civil, que demonstrou conter aproximadamente 15% dessa visão. A interpretação globalizante ocupou a parcela intermediária das visões representando em torno de 37% para o “Poder Público” e aproximadamente 30% para a “Sociedade Civil” (tabela 2).

No entanto, quando se procedeu de forma a considerar a ocupação profissional dos cursistas foram observadas algumas divergências quanto à representação sobre meio ambiente. Dentro do grupo “poder público”, os funcionários públicos manifestaram em 25%

dos casos possuem uma representação naturalista de meio ambiente. Como podemos observar na resposta dada ao primeiro questionamento: *“Espaço que existe fatores bióticos e abióticos que interagem interferindo positivamente ou não para o seu desenvolvimento”*. Em seguida, a representação mais abundante foi da categoria profissional “Biólogo/Gestor Ambiental/ Zootecnista”, apresentando em torno de 12% das representações na categoria naturalista. Os “Professores” apresentaram aproximadamente 6% das representações nessa categoria enquanto que “Estudantes/Presidente OP Jovem”, “Pescadores” e as demais profissões não apresentaram nenhuma citação.

Ainda considerando o grupo “poder público”, a representação antropocêntrica apareceu apenas em duas categorias profissionais. Foram elas “Professores” e “Funcionários Públicos”, respectivamente com cerca de 12% e 6% das representações. Percebeu-se que a categoria profissional “Funcionário Público” demonstrou possuir com maior frequência a visão globalizante de meio ambiente, apontando em torno de 25% das representações. Já as categorias “Biólogo/ Gestor Ambiental/ Zootecnista” e “Professor” apresentaram aproximadamente apenas 6% desta visão. As demais categorias profissionais não apontaram tal representação (tabela 2).

No grupo representado pela “sociedade civil” observou-se que “Pescadores” e as demais profissões categorizadas como “outras” expressam a representação naturalista em porcentagem superior às demais, contabilizando cerca de 25% das respostas. “Biólogo/ Gestor Ambiental/ Zootecnista” foi a segunda categoria profissional a indicar esta representação, somando aproximadamente 11%. Apenas cerca de 3% dos “Funcionários Públicos”, “Estudantes/Presidente OP Jovem” e “Professores” pertencentes à sociedade civil entendiam o meio ambiente segundo a visão naturalista. Dentro do grupo da sociedade civil, observamos poucos relatos relacionados a uma visão antropocêntrica, apenas aparecendo na categoria profissional “outros”, com aproximadamente 7%, e na categoria “Pescadores” e “Professores”, ambas em torno de 3% das representações apenas (tabela 2).

Finalizando a análise entre as diferentes representações sobre meio ambiente dentro do mesmo grupo social, percebeu-se que aproximadamente 15% dos profissionais da categoria “outros” adotam a visão globalizante de meio ambiente. Neste mesmo grupo social, cerca de 7% da categoria “Professores” adotam esta mesma interpretação. Ela aparece ainda entre os “Estudantes/Presidente OP Jovem” e os “Pescadores”, contemplando apenas cerca de 3% das representações (tabela 2).

Quanto à segunda questão que versava sobre quais eram os problemas socioambientais percebidos pelos participantes em seus municípios, percebeu-se que cerca de 39% dos

participantes, independente de serem moradores recém chegados ou antigos, apontaram a ausência de políticas públicas como maior problema ambiental em seu município. Em seguida aparecem os problemas infra-estruturais, com aproximadamente 24% das indicações. Em torno de 22% das repostas foram apontados problemas ambientais de longo prazo. Além disso, pudemos observar que em cerca de 13% das respostas, os participantes relataram como principal problema a organização e efetividade da Gestão Municipal (tabela 4).

Procedendo a análise por categoria de moradores de acordo com o tempo de moradia, percebe-se que ambas relatam a política pública (exemplos: ausência de leis regulamentadoras, ausência de política de EA nos espaços formais e não formais de ensino, ausência de Plano Diretor) como o principal problema ambiental em seu município. Moradores antigos registraram aproximadamente 27% das indicações enquanto que os recém chegados tiveram a mesma interpretação aparecendo em torno de 12% dos casos (tabela 4). Também foi observada uma coincidência com relação aos problemas ambientais menos citados. Para os moradores recém chegados, os problemas ambientais menos freqüentes são os ecológicos de longa duração (exemplos: assoreamento das encostas dos rios, degradação de matas ciliares, destruição da mata nativa e de outros ecossistemas da região e poluição causada por empreendimentos industriais públicos e privados) e os problemas de organização e efetividade da Gestão Municipal (exemplos: lentidão, morosidade, omissão, apatia, falta de conhecimento técnico para lidar com as problemáticas ambientais e etc). Essas duas categorias foram citadas cerca de 4% das vezes. De acordo com a visão dos moradores antigos os problemas relacionados à organização e efetividade da Gestão Municipal tiveram pouca expressão em seus municípios e também contabilizaram 4% das respostas (tabela 4).

Por fim, procurou-se analisar o conhecimento de ações desenvolvidas no município, na intenção de enfrentar os problemas socioambientais levantados, levando-se em conta quais seriam as ações e quem participaria delas (ONGs, poder público, associações de moradores, etc). Os resultados quantitativos estão registrados nas tabelas em apêndice.

Ambas as categorias de moradores reconhecem que a maioria das iniciativas ambientais em seus municípios são regidas pela sociedade civil organizada ou não, somando um total cerca de 44% das indicações. Em seguida aparece a figura do poder público, contemplando em torno de 39% das iniciativas em prol do meio ambiente. Aproximadamente 10% dos cursistas apontaram não conhecer iniciativas ambientais em seus municípios. A categoria

menos citada enquanto liderança nesse aspecto foi à iniciativa privada, registrando apenas cerca de 5% das citações (tabela 6).

Realizando a análise por categoria de moradores, percebe-se que não existem respostas coincidentes com relação ao valor máximo de citações como ocorreu ao estudarmos os dados referentes aos problemas ambientais nos municípios. Os moradores recém chegados apontam em média que em 15% dos casos a principal iniciativa ambiental na região origina-se da sociedade civil. Em contrapartida, aproximadamente em 31% das respostas, os moradores antigos apontam ser do Poder Público as principais iniciativas em prol dos recursos naturais. Os moradores antigos e os recém chegados assinalam a iniciativa privada (cerca de 2%) como setor que menos realiza ações ambientais em seus municípios (tabela 6). Uma das ações citada foi o auxílio para a elaboração da agenda 21 por intermédio da Petrobrás.

Discussão

As diferentes visões relacionadas ao meio ambiente, aos problemas e as iniciativas socioambientais foram agrupadas em categorias levando-se em conta se o participante integrava a sociedade civil ou o poder público uma vez que se espera que grupos com características semelhantes tenham leituras de mundo próximas. Sendo assim, indivíduos de um mesmo grupo social adquirem um repertório comum de interpretações e explicações, regras e procedimentos que podem ser aplicados à vida cotidiana (Moscovici, 2003).

Ao analisar a visão dos cursistas sobre meio ambiente foi possível constatar que a interpretação naturalista aparece na maioria das respostas independente da categoria profissional. Resultados similares também foram encontrados em outros estudos como o realizado por Naves e colaboradores (2006) com funcionários (não docentes) da Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais. Ao estudar a percepção ambiental desse grupo, foi percebida a presença esmagadora da visão naturalista em detrimento das demais, como por exemplo a globalizante. Acredita-se que *“a visão globalizante não foi escolhida por nenhum dos entrevistados, provavelmente pela dificuldade de enxergar o Homem como parte integrante da natureza, em que a urbanidade reflete um de seus comportamentos”* (Naves e colaboradores, 2006).

Podemos dizer que a visão naturalista foi bastante propagada nas décadas iniciais da EA por meio de uma visão conservacionista. Segundo Layrargues (2002) esta tipologia de EA se constitui em prática pedagógica tradicional uma vez que se utiliza do ensino da ecologia de forma isolada e *“concebe a humanidade como deflagadora e vítima da crise*

ambiental” (Layrargues, 2002. p.190). Segundo conservacionistas bastaria o domínio de termos como eutrofização, fluxo de energia, nicho ecológico, ecossistema, biosfera, habitat e etc, para evitar impactos ambientais, pois entendem que

A crise ambiental é deriva da perda de capacidade de compreensão do funcionamento dos sistemas ecológicos, por isso a confusão entre conteúdos ecológicos e abordagem biologicista, e se chega a premissa do conhecer para amar, amar para preservar, e sempre com argumentos utilitaristas.” (Layrargues, 2002. p. 190)

. Nesse estudo, também foram encontradas respostas que caracterizam uma visão globalizante por parte de membros da sociedade civil e do Poder Público. Resultados indicam que ambas as esferas começam a entender a complexidade das questões ambientais e sua inegável inter-relação com as questões econômicas, culturais e políticas.

Percebe-se que os indivíduos do grupo estudado, majoritariamente, interpretam o meio ambiente como unidade natural, isolada e distante da influência antrópica. Essa tendência naturalista não se mostrou restrita a uma determinada profissão ou organização social à qual o indivíduo pertencia. Uma das possíveis razões que poderiam explicar o fato da visão naturalista ser tão amplamente difundida e predominante independente do grupo social ou profissão dos indivíduos é a forma com que o assunto chega à população através dos grandes canais de comunicação e formação. Segundo Carvalho (2004) o meio ambiente é visto *“como bom, pacífico equilibrado, o qual segue vivendo como autônomo e independente da interação com o mundo cultural humano. E quando há essa interação com o ser humano, é uma interação prejudicial para a natureza”*.

As análises qualitativas e quantitativas sobre os problemas socioambientais identificados pelos cursistas, independentes de serem moradores recém chegados ou antigos, revelou que a maioria deles, aponta as questões relacionadas às políticas públicas como principal problema ambiental no município. Nesse sentido, o estudo vem fortalecer a escolha metodológica do Projeto Pólen quando o mesmo opta em praticar a EA vinculando-a às iniciativas do Poder Público através da capacitação continuada de alguns funcionários das Secretarias de Meio Ambiente e de Educação. A qualificação desse recurso humano para a Gestão Ambiental foi oferecida no Curso de Formação de Educadores Ambientais e durante as atividades entre-módulos. Essa capacitação favorece que os Polos de EA geridos por estas pessoas venham a se tornar referências em seus municípios. Acredita-se que a EA consegue seus maiores avanços quanto é praticada enquanto ferramenta educativa para qualificar o processo de Gestão Pública Participativa dos recursos naturais. Assim, ela é preconizada nos documentos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos

Naturais Renováveis (IBAMA). Este órgão fiscalizador amarra ao processo de licenciamento a obrigatoriedade desta prática pedagógica apresentando-a enquanto medida mitigadora para os impactos diretos e indiretos gerados pelos empreendimentos. O IBAMA espera que a educação no processo de gestão ambiental proporcione:

condições para produção e aquisição de conhecimentos e habilidades, e o desenvolvimento de atitudes visando à participação individual e coletiva na gestão do uso dos recursos ambientais; e na concepção e aplicação das decisões que afetam a qualidade dos meios físicos, natural e sociocultural (Quintas, 2002. p. 19).

Independentemente da temporalidade em que cursistas habitam seus municípios a análise sobre as iniciativas socioambientais mostrou ser da sociedade civil as principais iniciativas socioambientais realizadas no município. Reconhecendo tamanha influência e potencial de ação sobre a vida política que este setor é capaz de exercer e em consonância com a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), a qual estimula a participação da sociedade civil nas tomadas de decisão, o Projeto Pólen investiu na qualificação de alguns integrantes da sociedade civil através do I, II e III Curso de Princípios em Gestão Ambiental (CPGA). Dessa forma, deseja-se que a gerência do Polo de Educação Ambiental de cada município se constitua em uma mescla de visões, praticando-se o diálogo entre o poder público e a sociedade civil em prol da Gestão Pública Participativa dos recursos naturais. Este estudo reforça que no momento em que se alia a força do Estado em promover mudanças infra-estruturais concretas e permanentes através de políticas públicas e a capacidade de articulação e pressão que a sociedade civil imprime sobre os empreendimentos particulares e as próprias instâncias públicas, se consegue consolidar uma prática educativa de cunho emancipatório, crítico e transformador, utilizando a EA como ferramenta deste processo.

Considerações finais

Semelhante ao estudo realizado e expresso no livro *“Meio Ambiente e Representações Sociais”* (Reigota, 2002. p. 82), acredita-se que

na medida em que esta pesquisa procura conhecer as visões iniciais, antes de um processo de formação em Educação Ambiental ela fornece subsídios teóricos e metodológicos para outros cursos que se realizam no Brasil nesse sentido.

As análises realizadas nesse estudo possibilitaram conhecer um pouco mais sobre a percepção ambiental existente dentro de grupos da sociedade civil e do poder público em municípios que o Projeto Pólen atua. Bem como suas interpretações sobre os principais problemas e iniciativas socioambientais. Diante dessas análises e reconhecendo que as

propostas pedagógicas são versáteis, dinâmicas e condicionadas por fatores de índole diversa, como são a econômica, a política, a ciência, a tecnologia, a cultura, a ética, a psicologia, a sociologia e a educação (Gutiérrez & Pozo, 2006), os resultados encontrados neste estudo podem auxiliar futuras práticas que utilizem a EA como ferramenta educativa. Assim, será possível realizar as próximas ações previstas no projeto dialogando com os conhecimentos e as interpretações que os cursistas trazem de suas vivências. Certamente, este estudo forneceu subsídios diretos ao arcabouço pedagógico utilizado no âmbito do Pólen Projeto.

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer a todos os integrantes do Laboratório de Limnologia/UFRJ; aos integrantes do NUPEM/UFRJ; a Coordenação de Licenciamento Ambiental da Petrobras; aos participantes das atividades que têm contribuído para que o projeto se realize e para que a discussão sobre a questão ambiental no interior do estado do Rio de Janeiro se torne mais profunda; aos municípios envolvidos e a toda a equipe do Projeto Pólen, aos que já passaram e aos que continuam.

Referências Bibliográficas

_____. Projeto Pólen. Apostila do II Curso de Princípios em Gestão Ambiental, 2007.

Bardin, L.. *L'analyse de contenu*. Paris, Presses Universitaires de France, 1997. 236 p., p.3 in Trivinos. N.S Augusto. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais. A pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Vozes, 2008.162 p.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

Cabral, N. R. A. J. & Souza, M. P. **Área de Proteção Ambiental: Planejamento e Gestão de Paisagens Protegidas**. São Paulo: Rima, 2005.11p.

Carvalho, I. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez. 2004.

Ferreira, C. F. B; Santos, L. M. F; Lopes, A. F; Bozelli, R. L. **Análise das representações sociais sobre meio ambiente de técnicos e professores das secretarias de educação e meio ambiente de municípios da bacia de campos**. In: VI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, 2007, Florianópolis. Atas do VI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, 2007.

Gutiérrez, J. & Pozo, T. Modelos Teóricos Contemporâneos y Marcos de Fundamentación de la Educación Ambiental para el Desarrollo Sostenible. **Revista Iberoamericana de Educación**. 2006. 41: 21-68 p.

Layrargues, P. P. A crise Ambiental e suas implicações na educação. **Pensando e Praticando a Educação Ambiental na Gestão do Meio Ambiente**. Brasília, 2002. 190p.

Moscovici, S. A. Representação Social da Psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 2003

Naves, P.N; Apgaua, D. M. G; Prado, M.F; Pereira, C. A. S.P; Amâncio, R. **Percepção Ambiental dos Funcionários da Universidade Federal de Lavras.** 2006

Pacheco, M. D; Marinho, R. V; Santos, L. M. F; Lopes, A. F; Bozelli, R. L. **Percepção de problemas ambientais relacionados aos usos dos recursos hídricos em município do interior do Estado do Rio de Janeiro.** In: Encontro Nacional da ANPPAS, 2008, Brasília. Anais do Encontro Nacional da ANPPAS. Brasília, 2008.

Projeto Pólen – www.projetopolen.org. Página oficial do projeto na internet, acesso em Julho de 2009.

Quintas, J. **Pensando e Praticando a Educação Ambiental na Gestão do Meio Ambiente.** Série: Educação Ambiental, Coleção Meio Ambiente, 04. Brasília: 19 p. ABDR, 2002.

Reigota, M. **Meio ambiente e representação social.** Série: Questões da nossa época, 41. São Paulo: 74 p. Cortez, 2002.

Santos, L. M F; Pacheco, M. D; Lopes, A. F; Bozelli, R. L. **Levantamento qualitativo de problemas locais em municípios da bacia de campos – RJ: a visão de técnicos do meio ambiente e de professores da região.** 2007. (Apresentação de trabalho/comunicação).

World Wide Found – www.wwf.org.br. Página oficial na internet, acesso em Agosto de 2009.

Trigueiros, A. **Mundo Sustentável: Abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação.** São Paulo: 146 p. Editora Globo, 2005.

Trivinos, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais. A pesquisa qualitativa em Educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

Trivinos, N.S.A. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais. A pesquisa qualitativa em Educação.** São Paulo, Vozes, 2008. p. 162

Apêndice

Tabela 1. Análise quantitativa das respostas de acordo com a ocupação profissional. Valores numéricos.

Análise Quantitativa das Respostas de acordo com a Ocupação Profissional			
Categoria Profissional	Poder Público		
	Naturalista	Antropocêntrico	Globalizante
1	2	0	1
2	4	1	4
3	0	0	0
4	1	2	1
5	0	0	0
6	0	0	0
Total	7	3	6
Categoria Profissional	Sociedade Civil		
	Naturalista	Antropocêntrico	Globalizante
1	3	0	0
2	1	0	0
3	1	0	1
4	1	1	2
5	4	1	1
6	4	2	4
Total	14	4	8

Tabela 2. Análise quantitativa das respostas de acordo com a ocupação profissional. Valores percentuais.

Análise Quantitativa das Respostas de acordo com Ocupação Profissional			
Categoria Profissional	Poder Público (%)		
	Naturalista	Antropocêntrico	Globalizante
1	12,50	0	6,25
2	25	6,25	25
3	0	0	0
4	6,25	12,50	6,25
5	0	0	0
6	0	0	0
Total (%)	43,75	18,75	37,50
Categoria Profissional	Sociedade Civil (%)		
	Naturalista	Antropocêntrico	Globalizante
1	11,53	0	0
2	3,85	0	0
3	3,85	0	3,85
4	3,85	3,85	7,69
5	15,38	3,85	3,85
6	15,38	7,69	15,38
Total (%)	53,84	15,39	30,77

Tabela 3. Análise quantitativa das respostas de acordo com o tempo de moradia no local apontando as categorias de problemas ambientais no município. Valores numéricos.

Análise Quantitativa das Respostas de acordo com o Tempo de Moradia no Local				
Categoria de Tempo	Categoria dos Problemas Ambientais no Município			
	1	2	3	4
Moradores recém Chegados	6	8	3	3
Moradores antigos	10	18	12	6
Total	16	26	15	9

Tabela 4. Análise quantitativa das respostas de acordo com o tempo de moradia no local apontando as categorias de problemas ambientais no município. Valores percentuais.

Análise Quantitativa das Respostas de acordo com o Tempo de Moradia no Local				
Categoria de Tempo	Categoria dos Problemas Ambientais no Município (%)			
	1	2	3	4
Moradores recém Chegados	9,09	12,12	4,54	4,54
Moradores antigos	15,15	27,27	18,18	9,09
Total (%)	24,24	39,39	22,72	13,63

Tabela 5. Análise quantitativa das respostas de acordo com o tempo de moradia no local apontando as categorias de iniciativas ambientais no município. Valores numéricos.

Análise Quantitativa das Respostas de acordo com o Tempo de Moradia no Local				
Categoria de Tempo	Categoria de Iniciativas Ambientais no Município			
	Poder Público	Sociedade Civil (organizada ou não)	Iniciativa Privada	Nenhuma
Moradores recém Chegados	3	6	1	0
Moradores antigos	12	11	1	4
Total	15	17	2	4

Tabela 6. Análise quantitativa das respostas de acordo com o tempo de moradia no local apontando as categorias de iniciativas ambientais no município. Valores percentuais.

Análise Quantitativa das Respostas de acordo com o Tempo de Moradia no Local				
Categoria de Tempo	Categoria de Iniciativas Ambientais no Município (%)			
	Poder Público	Sociedade Civil (organizada ou não)	Iniciativa Privada	Nenhuma
Moradores recém Chegados	7,89	15,79	2,63	0
Moradores antigos	31,58	28,95	2,63	10,53
Total(%)	39,47	44,74	5,26	10,53